

Presidente: Ver. Marcílio Franco da Mota CNPJ nº 05.666.423/0001-69

APROVADO EM 25/09/2025

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 37/2025.

CRIA O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO DE DORES DO TURVO/MG.

A Câmara Municipal de Dores do Turvo/MG, por seus representantes aprova, e,eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 1° Esta Lei cria o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Legislativo do Município de Dores do Turvo/MG.
- § 1º Para os efeitos desta Lei, conceitua-se:
- l servidor público: pessoa legalmente investida em cargo público municipal, em caráter efetivo ou em comissão, ou detentora de função pública;
- II cargo público: conjunto de atribuições, responsabilidades, grau de escolaridade, com denominação própria e número certo e respectivo vencimento, criado por lei;
- III cargo público de provimento efetivo: unidade de ocupação funcional do quadro de pessoal privativo de servidor público efetivo, com criação, remuneração, quantitativo, atribuições e responsabilidades definidas em lei, com direitos e deveres de natureza estatutária estabelecidos em lei complementar;
- IV cargos públicos de provimento em comissão são de livre nomeação e exoneração, podendo ser de recrutamento amplo ou limitado:
- a) o provimento de cargo de recrutamento amplo far-se-á por livre escolha do Presidente da Câmara, entre pessoas de comprovada idoneidade, qualificação e experiência;
- b) o provimento de cargo de recrutamento limitado far-se-á por livre escolha do Presidente da Câmara, entre ocupantes de cargos de provimento efetivo;
- V classe: é o conjunto de cargos com igual denominação e as mesmas atribuições, para cujo exercício exige-se o mesmo nível de escolaridade as classes de cargos públicos de provimento efetivo distribuem-se por grau de escolaridade, e os cargos de provimento em comissão em grupos;
- VI carreira: escalonamento de cargos de provimento efetivo em padrões e níveis hierárquicos, dentro da mesma classe, para serem alcançados por servidores que se habilitarem pelo tempo de serviço, pelo desempenho funcional e pela capacitação profissional;
- VII nível: cada um dos estágios do escalonamento vertical considerado para fins de promoção do servidor na carreira;



Presidente: Ver. Marcílio Franco da Mota CNPJ nº 05.666.423/0001-69

VIII - padrão: cada um dos estágios do escalonamento horizontal considerado para elevação progressiva do vencimento do servidor;

IX - promoção: passagem do servidor, titular de cargo em caráter efetivo, ao nível subseqüente na carreira;

X - progressão: passagem do servidor, titular de cargo em caráter efetivo, ao padrão de vencimento subsequente na carreira;

XI - grupo hierárquico: conjunto de cargos com vencimentos iguais, mesmo que sejam de níveis hierárquicos e classes diferentes;

XII - quadro de pessoal: conjunto de classes de cargos necessários ao cumprimento das atividades e funções de caráter permanente, distribuídos em áreas ocupacionais, compondo-se de cargos efetivos integrantes da carreira, de cargos de provimento em comissão, distribuídos numericamente por áreas de atividades ou de especialização profissional;

XIII - interstício: o período de tempo de permanência em determinado padrão ou nível exigido do servidor para que ocorra, a seu favor, a progressão ou a promoção:

XIV - plano de carreira: conjunto de normas que agrupam e definem as carreiras do quadro de pessoal, forma de ingresso, correlação dos segmentos e das respectivas classes de cargos a níveis de escolaridade e padrões de vencimento;

XV - vencimento: retribuição pecuniária básica do servidor pelo exercício das funções relativas ao cargo que ocupa;

XVI - remuneração ou vencimentos: é a retribuição pecuniária correspondente ao somatório do vencimento com as vantagens financeiras de caráter permanente.

### CAPÍTULO II DO QUADRO DE PESSOAL

- Art. 2º O Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo do Município de Dores do Turvo constitui-se de classes com grupos de cargos codificados, carga horária, vencimentos, atribuições funcionais e requisitos mínimos de escolaridade, distribuídos nos seguintes anexos:
- I Anexo I Cargos Comissionados e Funções Gratificadas;
- II Anexo II Quadro de Provimento Efetivo;
- III Anexo III Tabelas de Vencimentos/Progressão e Promoção Cargos Efetivos;
- IV Anexo IV Descrição das Atribuições dos Cargos em Comissão;
- V Anexo V Descrição das Atribuições dos Cargos Efetivos;
- VI Anexo VI Organograma
- Art. 3º O provimento dos cargos em comissão será feito por livre nomeação do Presidente da Câmara.

Parágrafo único – A designação para o exercício de Função Gratificada está adstrita apenas ao quadro de servidores efetivos.

Art. 4º O provimento de cargos efetivos será feito por nomeação, observada a ordem de classificação dos candidatos aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos.



Presidente: Ver. Marcílio Franco da Mota CNPJ nº 05.666.423/0001-69

### CAPÍTULO III DO SISTEMA DE CARREIRAS

Art. 5° Os cargos públicos de provimento efetivo formam classes e organizam-se em carreiras.

Parágrafo único. O sistema de carreiras visa assegurar ao servidor público, ocupante de cargo público em caráter efetivo, movimentação, sob requisitos de mérito objetivamente apurado e tempo de serviço, nas escalas de padrões de vencimento dos diversos níveis da classe a que pertença o mencionado cargo.

Art. 6º Terão a mesma denominação e vencimento em cada Poder Municipal, ou nos Poderes confrontados entre si, as classes de cargos cujas atribuições sejam as mesmas ou assemelhadas.

Art. 7º - Os Anexos I e II contêm:

I - a denominação das classes:

II - o grau de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

III - o número de cargos existentes no quadro e seu código;

IV - os padrões de vencimento com base no Anexo II.

§ 1º A escolaridade informada no Anexo II tem o seguinte significado:

I - Nível Fundamental Incompleto - NFI

II - Nível médio/Técnico - NMT;

III - Nível Superior Completo - NS

 $\S~2^\circ$  Cada classe de cargos de provimento efetivo contém determinado símbolo, que se desenvolve em 5 (cinco) níveis de vencimento.

§ 3° Os 5 (cinco) níveis de vencimento de cada classe de cargos de provimento efetivo subdividem-se em 17 (dezessete) progressões:

I - nível I - em 4 progressões;

II - nível II - em 4 progressões;

III - nível III - em 3 progressões;

IV - nível IV - em 3 progressões;

V - nível V - em 3 progressões.

§ 4° O padrão inicial de cada nível identifica o seu vencimento básico.

§ 5º O ingresso na carreira dar-se-á no padrão inicial do nível I da classe.

Art. 8° A cada classe corresponde uma carreira.

Parágrafo único. As carreiras, no Poder Legislativo, são as constantes dos Anexos, que constitui parte integrante desta Lei.

Art. 9°. O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á por meio de progressão e promoção e terá início a partir da vigência desta lei.

### SHAREGISLATIVO MUNICIPAL PROPERTY OF THE PROPE

### Câmara Municipal de Dores do Turvo

Presidente: Ver. Marcílio Franco da Mota CNPJ nº 05.666.423/0001-69

### Seção I DA PROGRESSÃO

Art. 10. Progressão é a passagem do servidor, titular de cargo em caráter efetivo, ao padrão de vencimento subsequente na carreira.

§ 1º A progressão é composta de 18 (dezoito) padrões de vencimento.

§ 2º Cada progressão corresponderá a 2% (dois por cento), calculados sobre o vencimento básico do padrão imediatamente anterior.

Art. 11. O servidor terá direito à progressão de 1 (um) padrão a cada período de 730 (setecentos e trinta) dias de efetivo exercício das funções do cargo, a partir da vigência desta lei, desde que satisfaça, ainda, às seguintes condições:

I - tenha obtido, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos pontos distribuídos na avaliação de desempenho:

II - não tenha sofrido punição disciplinar durante o período;

III - não tenha sofrido punição disciplinar por falta injustificada ou por conduta que demonstre desídia no serviço, e não tenha gozado, durante o mesmo período, de licença para tratamento de saúde própria ultrapassando 180 (cento e oitenta) dias consecutivos ou alternados, salvo se comprovadamente não tenha comprometido sua avaliação de desempenho no período;

IV - não tenha gozado, durante o período, mais do que 30 (trinta) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família.

Parágrafo único. O acréscimo do vencimento em decorrência da progressão será concedido a partir da data em que o servidor tiver cumprido o período aquisitivo, atendidas as condições previstas neste artigo.

- Art. 12. A contagem de tempo para fins de progressão será interrompida nos casos seguintes, iniciando-se novo período após a reapresentação do servidor:
- I afastamento para servir em outro órgão ou entidade da administração pública federal, estadual ou municipal, com ou sem ônus para a Câmara, exceto quando houver interesse do Município e por decisão do Presidente da Câmara;
- II licença sem remuneração para tratar de interesses particulares ou para acompanhar o cônjuge servidor público;
- III licença para desempenho de mandato eletivo.
- Art. 13. Ao servidor efetivo que vier a concluir cursos de aperfeiçoamento, previamente aprovados pelo Presidente da Câmara, na sua área de atuação, ao alcançar o somatório de carga horária mínima de 240 (duzentas e quarenta) horas no período de 2 (dois) anos, mediante requerimento com a apresentação dos respectivos certificados, será concedida 1 (uma) progressão, sem a observância dos requisitos previstos no art. 11 desta Lei.
- Art. 14. O ocupante de cargo em comissão somente poderá concorrer à progressão no cargo de que seja titular em caráter efetivo.

Seção II

DA PROMOÇÃO

Presidente: Ver. Marcílio Franco da Mota CNPJ nº 05.666.423/0001-69

- Art. 15. Promoção é a passagem do servidor, titular de cargo em caráter efetivo, ao nível subsequente na carreira, desde que tenha alcançado a última progressão do nível a que pertença.
- § 1º Para o efeito de desenvolvimento na respectiva carreira cada cargo é composto de cinco níveis.
- § 2° Cada promoção corresponderá a 5% (cinco por cento), calculados sobre o valor do vencimento do padrão que seja detentor.
- Art. 16. Para adquirir a promoção, deverá o servidor:
- I ao nível II, contar, a partir do início da carreira até o último semestre anterior no nível I, no mínimo 8 (oito) anos de efetivo exercício;
- II ao nível III, contar, a partir do início da carreira até o último semestre anterior no nível II, no mínimo 8 (oito) anos de efetivo exercício;
- III ao nível IV, contar, a partir do início da carreira até o último semestre anterior no nível III, no mínimo 6 (seis) anos de efetivo exercício;
- IV ao nível V, contar, a partir do início da carreira até o último semestre anterior no nível IV, no mínimo 6 (seis) anos de efetivo exercício;
- Art. 17. Para concorrer à promoção, o servidor deverá atender, ainda, aos seguintes requisitos:
- I alcançar, no mínimo, uma média de 75% (setenta e cinco por cento) do total de pontos distribuídos nas 3 (três) últimas avaliações de desempenho para fins de progressão, realizadas conforme previsto no art. 11 desta lei;
- II não ter sofrido punição disciplinar durante o período aquisitivo:
- III não tenha sofrido punição disciplinar por falta injustificada ou por conduta que demonstre desídia no serviço, e não tenha gozado, durante o mesmo período, de licença para tratamento de saúde própria ultrapassando 180 (cento e oitenta) dias consecutivos ou alternados, salvo se comprovadamente não tenha comprometido sua avaliação de desempenho no período;
- IV não ter gozado, durante o período, mais do que 30 (trinta) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família.
- Art. 18. Ao servidor efetivo e estável, que vier a concluir curso fundamental, médio, superior, pós-graduação, mestrado ou doutorado, inerente ao cargo ocupado, ao apresentar o respectivo diploma, será concedida 1 (uma) promoção sem a observância dos requisitos previstos no art. 11 desta Lei.

Parágrafo único. O direito assegurado neste artigo fica limitado a 2 (duas) promoções.

- Art. 19. A contagem de tempo para fins de promoção ou progressão será iniciada a partir da vigência desta lei para os servidores ativos e após o cumprimento do estágio probatório para os futuros servidores e será interrompida nos mesmos casos previstos no artigo 12, iniciando-se novo período após a reapresentação do servidor.
- Art. 20. As promoções serão realizadas durante os meses de janeiro e julho de cada ano, desde que haja candidatos habilitados.

Presidente: Ver. Marcílio Franco da Mota CNPJ nº 05.666.423/0001-69

Art. 21. Compete ao servidor interessado em requerer a promoção prevista no art. 18 desta Lei preencher requerimento próprio dirigido ao Presidente da Câmara, juntando os documentos comprobatórios de sua habilitação.

### Seção III DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 22. O desempenho funcional do servidor efetivo será avaliado pela Câmara Municipal, com formalização em processo nas seguintes oportunidades:

I - por ocasião de mudança de local de trabalho do servidor;

II - para fins de progressão e promoção;

III - ao final do estágio probatório para fins de estabilidade.

Art. 23. Na avaliação de desempenho serão considerados, dentre outros, os seguintes fatores:

I - assiduidade/pontualidade;

II - disciplina:

III - capacidade de iniciativa:

IV - eficiência;

V - responsabilidade:

VI -urbanidade:

VII - aptidão funcional:

Art. 24. Serão adotados formulários próprios para cada tipo de avaliação, segundo a sua finalidade.

Parágrafo único. Os formulários padronizados conterão um questionário para avaliação objetiva e um espaço destinado às informações particulares e parecer do avaliador.

- Art. 25. A avaliação prevista no inciso I do artigo 22 será feita pelo chefe imediato do servidor.
- Art. 26. A avaliação prevista no inciso II do artigo 22 será feita pelo chefe imediato do servidor e será revisada por comissão própria constituída para essa finalidade, da qual participará, facultativamente, um representante dos servidores públicos municipais.
- Art. 27. A avaliação prevista no inciso III do artigo 22 será feita por comissão especial instituída para a finalidade específica, da qual participará, obrigatoriamente, um representante dos servidores públicos municipais.
- Art. 28. Para que a avaliação tenha efetividade, deverá revestir-se das características seguintes:
- I objetividade: adequação do processo à natureza das funções próprias de cada carreira;
- II continuidade: resultado da observação e acompanhamento constantes do desempenho funcional do servidor;
- III transparência: conhecimento prévio dos fatores da avaliação e acesso ao resultado dela, por parte dos servidores.

Presidente: Ver. Marcílio Franco da Mota CNPJ nº 05.666.423/0001-69

Art. 29. Os procedimentos e formulários para a Avaliação de Desempenho serão estabelecidos em Decreto.

### Seção IV DA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

- Art. 30. A capacitação profissional constitui o aprimoramento em caráter permanente do servidor, visando ao melhor desempenho de suas atribuições funcionais e habilitação para ascensão na carreira.
- Art. 31. A Câmara Municipal poderá proporcionar aos servidores efetivos a oportunidade para capacitação profissional de interesse para o serviço público, através das atividades seguintes:
- I participação em cursos de habilitação, aperfeiçoamento e especialização:
- II participação em congressos, seminários, encontros, conferências e palestras;
- III viagens de estudos e visitas a locais e instituições onde se desenvolvam atividades próprias de sua área de atuação;
- IV elaboração e publicação de trabalhos técnico-profissionais relevantes para a Câmara Municipal.
- Art. 32. Ao servidor designado para participar de cursos e outras atividades de capacitação profissional poderá ser concedida dispensa do serviço, sem prejuízo de sua remuneração, computando-se o tempo de afastamento para todos os fins de direito.
- Art. 33. O tempo máximo de dispensa a cada servidor para participar de cursos e outras atividades de capacitação profissional será de 30 (trinta) dias, independente de quantas atividades possa participar.

Parágrafo único - A participação do servidor em cursos e outras atividades de capacitação profissional fica limitada a um evento por ano.

Art. 34. Após cada dispensa concedida nos termos dos artigos anteriores, o servidor prestará serviços à Câmara durante um período mínimo correspondente ao dobro do tempo em que esteve afastado, sob pena de ressarcir os cofres públicos da importância equivalente à remuneração relativa ao tempo que faltar para completar esse período.

### CAPÍTULO IV Das Vantagens Pecuniárias

### Seção I DAS FÉRIAS

- Art. 35. O servidor fará jus ao gozo de férias, após 12 (doze) meses de efetivo exercício, sendo vedada a acumulação de 2 (dois) períodos.
- § 1°. O requerimento de solicitação de férias deverá ser protocolizado pelo interessado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data em que se pleiteia o afastamento.



Presidente: Ver. Marcílio Franco da Mota CNPJ nº 05.666.423/0001-69

- § 2°. Caberá ao Presidente da Câmara a organização das férias e o controle para que no setor permaneça pelo menos um servidor em exercício no período de recesso parlamentar.
- §3°. Desde que haja concordância do servidor, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.
- § 4º. É assegurado ao servidor, por ocasião das férias, adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.
- Art.36. Até o máximo de 10(dez) dias do período integral de duração das férias poderão ser convertidos pecúnia.
- § 1°. O servidor interessado deverá apresentar requerimento ao Presidente da Câmara solicitando a conversão pelo menos 30 (trinta) dias antes do início da fruição do período integral das férias ou do primeiro período respectivo, conforme o caso, sob pena de perda do direito de requerer a conversão.
- § 2°. A conversão de que trata o caput ficará sujeita à disponibilidade financeira e orçamentária da Câmara Municipal, bem como à análise dos critérios de conveniência e oportunidade pelo Presidente.

### Seção II DO DÉCIMO TERCEIRO

- Art. 37. O servidor terá direito à gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.
- § 1º Considera-se mês integral a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.
- § 2º A gratificação natalina poderá ser paga em 2(duas) parcelas, a critério do Presidente, devendo o pagamento da primeira parcela ocorrer no mês de junho e da última parcela até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

### Seção III DO ABONO FAMÍLIA

**Art. 38.** O benefício do Salário-Família será concedido aos servidores, nos termos da legislação federal aplicável ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), observados os critérios de dependência e renda estabelecidos por esta.

### Seção IV DO AUXÍLIO MATERNIDADE

Art. 39. Será concedida licença à servidora gestante por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, com remuneração, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Único: A servidora terá direito à remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário maternidade, suportado pelo Regime Geral de Previdência Social, sendo a ampliação de 60 (sessenta) dias custeada pela Câmara Municipal.

### Sur LEGISLATIVO MUNICIPAL

### Câmara Municipal de Dores do Turvo

Presidente: Ver. Marcílio Franco da Mota CNPJ nº 05.666.423/0001-69

### CAPÍTULO V Disposições Gerais

- Art. 40. A duração do trabalho normal do servidor público não poderá exceder a 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.
- Art. 41. O horário de expediente na Câmara Municipal será estabelecido por Decreto.
- Art. 42. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação ao valor da hora normal de trabalho.
- § 1º Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas diárias, podendo ser prorrogado por igual período, diante de situações inadiáveis cuja inexecução possa acarretar prejuízos irreparáveis.
- § 2° O adicional por serviço extraordinário não integra a remuneração, nem serve de base de cálculo para nenhum efeito, salvo nos casos de expediente em regime de plantão.
- Art. 43. A vantagem pecuniária devida ao servidor terá seu valor atualizado de acordo com a remuneração ou vencimento em vigor no mês do pagamento, salvo quando o atraso decorrer de ato ou fato imputável ao próprio servidor.
- Art. 44. O servidor investido em cargo de direção ou chefia poderá ter substituto.

Parágrafo único. O substituto fará jus à remuneração atribuída ao cargo em que se der a substituição.

- Art. 45. O ocupante de cargo de provimento em comissão, poderá optar pelo vencimento básico do seu cargo efetivo ou pelo vencimento do cargo comissionado.
- Art. 46. A remuneração do cargo efetivo não poderá ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) entre o valor previsto para o vencimento de início de carreira e o valor remuneratório do final de carreira.
- Art. 47. Nenhum servidor poderá perceber mensalmente, pelo exercício do cargo, em jornada normal de trabalho, vencimento inferior ao salário-mínimo vigente no País.
- Art. 48. Fica assegurado aos servidores do Poder Legislativo a revisão geral anual nos vencimentos dos cargos constantes nesta lei, nos termos do artigo 37, inciso X, da CF, a ser concedida, por lei específica, sempre no mês de janeiro de cada ano.

CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias

### INCIPAL /

### Câmara Municipal de Dores do Turvo

Presidente: Ver. Marcílio Franco da Mota CNPJ nº 05.666.423/0001-69

Art. 49. Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a celebrar convênio para conceder oportunidades de estágio a estudantes de nível superior, de cursos profissionalizantes técnicos e ensino médio, vinculados à estrutura do ensino particular e ensino público, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 11.788/08.

Parágrafo único - O estagiário perceberá uma bolsa auxilio, nos termos da lei, bem como auxílio transporte, desde que devidamente comprovada a necessidade deste, na hipótese de estágio não obrigatório.

Art. 50. A atual remuneração do servidor é irredutível, nos termos do art. 37, inciso XV, da Constituição da República, desde que percebida com fundamento em norma legal.

Parágrafo único - Para efeitos deste artigo, remuneração é o vencimento básico do cargo, acrescido das vantagens legalmente incorporadas ao patrimônio financeiro do servidor.

Art. 51. A revisão de proventos dos servidores aposentados será feita segundo critérios similares aos dos servidores ativos, garantindo-se a paridade e a irredutibilidade de proventos.

Art. 52. Os benefícios previdenciários serão concedidos aos servidores, através do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Art. 53. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei Complementar correrão à conta de dotações próprias do orçamento do corrente exercício financeiro.

Art. 54. Revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº.1.116/2023, esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Dores do Turvo/MG, 17 de setembro de 2025.

VEREADOR MARCILIO FRANCO DA MOTA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

ARLINDO CARLOS DA SILVA VICE - PRESIDENTE ALEX ÁLVES NOGUEIRA SECRETÁRIO



Presidente: Ver. Marcílio Franco da Mota

### **ANEXO I**

### CARGOS EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CÓDIGOS DE CARGOS	NÚMERO DE CARGOS	SÍMBOLOS DE VENCIMENTO	VENCIMENTO	MODALIDADES DE RECRUTAMENTO
Assessor de Gabinete da Presidência	30H	AS - 01	01	CPC - 1	R\$ 3.500,00	Restrito/ Superior
Diretor de Comunicação	30H	AS-02	01	CPC-2	R\$ 2.700,00	Amplo

### **FUNÇÃO GRATIFICADA:**

DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÚMERO DE FUNÇÃO	PERCENTUAL	MODALIDADES DE RECRUTAMENTO
Ouvidor	20H	01	30% sobre vencimento mensal básico	Restrito/efetivo
Agente de Contratação/Pregoeiro	20H	01	30% sobre vencimento mensal básico	Restrito/efetivo
Analista de Tecnologia da Informação	20H	01	30% sobre vencimento mensal básico	Restrito/efetivo



Presidente: Ver. Marcílio Franco da Mota CNPJ nº 05.666.423/0001-69

### **ANEXO II**

### QUADRO DE PROVIMENTO EFETIVO

### I - GRUPO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO DE ESCOLARIDADE - NFI

OMINAÇÃO DAS	CÓD.	N° DE	JORN.	VENCIMENTO	SÍM.		PADRÕES	E NÍVEIS DE VE	ENCIMENTO	
CLASSES	CLASSE	CARG	SEM.		VENC.	NÍVEL I	NÍVEL II	NÍVEL III	NÍVEL IV	NÍVEL V
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	NFI-01	01	30	R\$1.518,00	P.1	P.1 a P.5	P.5 a P.9	P.9 a P.12	P.12 a P.15	P.15 a P.18
MOTORISTA	NFI-02	01	30	R\$ 1.600,00	P.1	P.1 a P.5	P.5 a P.9	P.9 a P.12	P.12 a P.15	P.15 a P.18

### II - GRUPO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO DE ESCOLARIDADE - NMT

DENOMINAÇÃO DAS	CÓD.	N° DE	JORN.	VENCIMENTO	SÍM.		PADRÕES	E NÍVEIS DE VE	ENCIMENTO	
CLASSES	CLASSE	CARG	SEM.		VENC.	NÍVELI	NÍVEL II	NÍVEL III	NÍVEL IV	NÍVEL V
SECRETÁRIO LEGISLATIVO E MINISTRATIVO	NMT-01	01	30	R\$1.800,00	P.1	P.1 a P.5	P.5 a P.9	P.9 a P.12	P.12 a P.15	P.15 a P.18

### III - GRUPO DE NÍVEL SUPERIOR DE ESCOLARIDADE - NS

DENOMINAÇÃO DAS	CÓD. DE	N° DE	JORN.	VENCIMENTO	SÍM. DE		PADRÕES	E NÍVEIS DE VE	ENCIMENTO	
CLASSES	CLASSE	CARG	SEM.		VENC.	NÍVEL I	NÍVEL II	NÍVEL III	NÍVEL IV	NÍVEL V
CONTROLADOR INTERNO	NS-01	01	30	R\$1.900,00	P.1	P.1 a P.5	P.5 a P.9	P.9 a P.12	P.12 a P.15	P.15 a P.18

Presidente: Ver. Marcílio Franco da Mota cnpJ nº 05.666.423/0001-69

## ANEXO III VENCIMENTO/PROGRESSÃO/PROMOÇÃO CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

## (A LETRA "P" SIGNIFICA PADRÃO)

		PROGRESSÃO 1	SÃO 1 PROGRESSÃO 2		PROGRESSÃO 3 PROGR	PROGRESSÃO 4
	NÍVEL I	4	P.2	P.3	P.4	P.5
NFI-01	R\$ 1.518,00	R\$ 1.518,00	R\$ 1.548,36	R\$ 1.579,32	R\$ 1.610,91	R\$ 1.612,91
NFI-02	R\$1.600,00	R\$ 1.600,00	R\$ 1.632,00	R\$ 1.664,64	R\$1.697,93	R\$1.731,88
NMT-01	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00	R\$ 1.836,00	R\$ 1.872,72	R\$ 1.910,17	R\$ 1.948,37
NS-01	R\$1.900,00	R\$1.900,00	R\$1.938,00	R\$1.976,76	R\$2.016,29	R\$2.056,62

## (A LETRA "P" SIGNIFICA PADRÃO)

		PROGRESSAU 5		PROGRESSAO 6 PROG	PRUGRESSAU / PR	PROGRESSAO 8
	NÍVEL II	P.5	P.6	P.7	P.8	6.9
NFI-01	R\$ 1.693,55	R\$ 1.693,55	R\$ 1.727,42	R\$ 1.761,96	R\$ 1.797,20	R\$1.833,15
NFI-02	R\$ 1.818,47	R\$ 1.818,47	R\$ 1.854,83	R\$ 1.891,93	R\$1.929,77	R\$1.968,37
NMT-01	R\$2.045,78	R\$2.045,78	R\$2.086,69	* R\$128,42	R\$2.170,99	R\$2.214,41
NS-01	R\$ 2.159,45	R\$ 2.159,45	R\$ 2.202,63	R\$ 2.246,69	R\$2.291,62	R\$ 2.337,45



# Câmara Municipal de Dores do Turvo Presidente: Ver. Marcílio Franco da Mota cnpj nº 05.666.423/0001-69

## (A LETRA "P" SIGNIFICA PADRÃO)

		PROGRESSÃO 9		PROGRESSÃO 10 PI	PROGRESSÃO 11
	NÍVEL III	P.9	P.10	P.11	P.12
NF1-01	R\$ 1.924,80	R\$ 1.924,80	R\$ 1.963,29	R\$ 2.002,56	R\$ 2.042,61
NFI- 02	R\$ 2.066,78	R\$ 2.066,78	R\$ 2.108,11	R\$ 2.150,27	R\$ 2.193,28
IO-TMN	R\$2.325,13	R\$2.325,13	R\$2.371,63	R\$2.419,06	R\$2.467,44
NS-01	R\$ 2.454,32	R\$ 2.454,32	R\$ 2.503,40	R\$ 2.553,47	R\$ 2.604,54

## (A LETRA "P" SIGNIFICA PADRÃO)

		PROGRESSÃO 12	O 12 PROGRESSÃO 13	D 13 PROGRESSÃO 14	
	NÍVEL IV	P.12	P.13	P.14	P.15
NFI-01	R\$ 2.144,74	R\$ 2.144,74	R\$ 2.187,63	R\$ 2.231,38	R\$ 2.276,01
NFI-02	R\$ 2.302,94	R\$ 2.302,94	R\$ 2.348,99	R\$ 2.395,97	R\$ 2.443,89
NMT-01	R\$2.590,81	R\$2.590,81	R\$2.642,62	R\$2.695,47	R\$2.749,38
NS-01	R\$ 2.734,76	R\$ 2.734,76	R\$ 2.789,45	R\$ 2.845,24	R\$ 2.902,14



# Câmara Municipal de Dores do Turvo Presidente: Ver. Marcílio Franco da Mota cnp. n° 05.666.423/0001-69

## (A LETRA "P" SIGNIFICA PADRÃO)

		PROGRE	PROGRESSÃO 15 PROGR	PROGRESSAO 16   PROG	PROGRESSAO 17
	NÍVEL V	P.15	P.16	P.17	P.18
NFI-01	R\$ 2.389,81	R\$ 2.389,81	R\$ 2.128,87	R\$ 2.171,45	R\$ 2.214,87
NFI-02	R\$ 2.566,08	R\$ 2.566,08	R\$ 2.290,26	R\$ 2.336,07	R\$ 2.382,79
NMT-01	R\$2.886,84	R\$2.886,84	R\$4.919,42	R\$5.017,81	R\$5.118,17
NS-01	R\$ 3.047,24	R\$ 3.047,24	R\$ 3.108,18	R\$ 3.170,34	R\$ 3.233,75





CNPJ nº 05.666.423/0001-69

### **ANEXO IV**

### DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO COMISSIONADO

### 1. ASSESSOR DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

a.	CARGA HORÁRIA:	30(trinta) horas semanais
b.	VENCIMENTO MENSAL BÁSICO:	R\$ 3.500,00
c.	VAGAS:	1(uma)
d.	PROVIMENTO:	Comissão, de livre nomeação e exoneração
e.	RECRUTAMENTO	Restrito/Superior Completo
e.	Pré- requisito:	Requisitos gerais inerentes aos servidores públicos do Município de Dores do Turvo/MG
f.	Objetivo geral (Atribuições):	Assessorar o Presidente no desempenho da administração geral da Câmara; Planejar, organizar, coordenar e realizar as atividades do Presidente, competindo-lhe ainda a gestão da Câmara e dos servidores: Planejar, organizar, arquivar e manter registro dos atos administrativos assinados pelo Presidente da Câmara e processá-los para publicação; Planejar, coordenar, realizar, fiscalizar e avaliar as atividades de recebimento, expedição, controle e arquivamento de processos e documentos da Câmara Municipal; Planejar, organizar, coordenar e supervisionar os servidores efetivos; Planejar, organizar, coordenar e fiscalizar todos os sistemas e senhas relativos à gestão da Câmara; Exercer outras atividades correlatas ou por determinação superior;



CNPJ nº 05.666.423/0001-69

### 2. DIRETOR DE COMUNICAÇÃO:

a.	Carga horária:	30(trinta) horas semanais
b.	VENCIMENTO MENSAL BÁSICO:	R\$ 2.700,00
c.	VAGAS:	1(uma)
d.	PROVIMENTO:	Comissão, de livre nomeação e exoneração
e.	RECRUTAMENTO	Amplo
e.	Pré- requisito:	Requisitos gerais inerentes aos servidores públicos do Município de Dores do Turvo/MG

f.

OBJETIVO GERAL Assessorar os servidores sob sua subordinação, (ATRIBUIÇÕES): proporcionando o correto desenvolvimento dos trabalhos de ações institucionais;

> Gerenciar os trabalhos sob responsabilidade, coordenando, assessorando e determinando a realização das atividades de comunicação institucional e legal, de acesso à informação e transparência, de áudio, vídeo e atividades demais relacionadas comunicação:

> Assessorar a disponibilização ao público das informações e publicações legais e institucionais da Câmara, além de propor meios para a melhoria do processo de disponibilização e acesso à informação, conforme legislação vigente:

> Determinar a realização das atividades de divulgação, imprensa e relações públicas da Câmara Municipal. redigindo supervisionando as informações acerca dos serviços do legislativo municipal, respondendo tecnicamente pelas matérias. publicações. divulgações e demais assuntos de comunicação ou jornalisticos;

> Promover a política de comunicação social do Poder Legislativo, impedindo a caracterização de promoção pessoal de servidores e vereadores ou a inobservância da legislação vigente;

> Assessorar os vereadores e servidores no cumprimento das normas relativas à propaganda e publicidade inerentes a Câmara Municipal;



CNPJ nº 05.666.423/0001-69

### DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

### 1. OUVIDOR:

a. CARGA HORÁRIA: 20(vinte) horas semanais
 b. REMUNERAÇÃO: 30% sobre vencimento mensal básico
 c. VAGAS: 1(uma)
 d. PROVIMENTO: Restrito/Efetivo
 e. PRÉ- REQUISITO: Requisitos gerais inerentes aos servidores públicos do Município de Dores do Turvo/MG;

f. OBJETIVO GERAL

(ATRIBUIÇÕES):

Ouvir o cidadão e prover com informações os órgãos da Câmara, objetivando a criação de políticas públicas de atendimento ao cidadão, voltadas para a melhoria da qualidade dos serviços Públicos:

Receber examinar sugestões, reclamações, elogios e denúncias dos cidadãos relativos aos serviços e ao atendimento prestados pela Câmara. dando encaminhamento procedimentos necessários para a solução problemas apontados. possibilitando o retorno aos interessados; Encaminhar aos diversos órgãos da Câmara as manifestações dos cidadãos, acompanhando as providências adotadas e garantindo o retorno aos interessados; Elaborar pesquisas de satisfação dos usuários dos diversos servicos prestados pela Câmara;

Apoiar tecnicamente e atuar com os diversos órgãos, visando à solução dos problemas apontados pelos cidadãos; Produzir relatórios que expressem expectativas, demandas e nível de satisfação da sociedade e sugerir as mudanças necessárias, a partir da análise e interpretação das manifestações

Rua Umbelina Marotta,403 – Centro - CEP:36513.000

Dores do Turvo /MG

Email:camaravereadores2013@hotmail.com - Contato:(32) 3576-1460



CNPJ nº 05.666.423/0001-69

### recebidas;

Recomendar a instauração de procedimentos administrativos para exame técnico das questões e a adoção de medidas necessárias para a adequada prestação de serviço público, quando for o caso;

Contribuir para a disseminação de formas participação popular no acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados pela Câmara; Resguardar sigilo referente 0 informações levadas ao seu conhecimento, no exercício de suas funções:

Divulgar, através dos diversos canais de comunicação da Câmara, o trabalho realizado pela Ouvidoria, assim como informações e orientações que considerar necessárias ao desenvolvimento de suas acões:

exercer outras atividades correlatas

### 2. AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO

a.	Carga horária:	20(vinte) horas semanais
b.	REMUNERAÇÃO:	30% sobre vencimento mensal básico
c.	VAGAS:	1(uma)
d.	PROVIMENTO:	Restrito/Efetivo
e.	Pré- requisito:	Requisitos gerais inerentes aos servidores públicos do Município de Dores do Turvo/MG;
f.	OBJETIVO GERAL (ATRIBUIÇÕES):	conduzir a fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado e o exame de documentos; receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de

Rua Umbelina Marotta,403 – Centro - CEP:36513.000 Dores do Turvo /MG Email:camaravereadores2013@hotmail.com - Contato:( 32) 3576-1460



CNPJ nº 05.666.423/0001-69

esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração destes documentos:

verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital:

coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;

verificar e julgar as condições de habilitação:

sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, documentos de habilitação e sua validade iurídica:

receber, examinar e decidir os recursos; indicar o vencedor do certame:

conduzir os trabalhos da equipe de apoio; encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação;

tomar decisões em prol da boa condução impulso da licitação е dar procedimento:

acompanhar os trâmites da licitação e promover diligências, se for o caso, para que o calendário de contratação seja cumprido, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação, conforme disposições do Plano Anual Contratações;

atuar como pregoeiro nos processos licitatórios da modalidade Pregão:

realizar outras atividades inerentes ao processamento de licitações Administrativa:

### 3. Analista de Tecnologia da Informação:

CARGA HORÁRIA: a.

20(vinte) horas semanais

b.

REMUNERAÇÃO: 30% sobre vencimento mensal básico

C.

VAGAS:

1(uma)

Rua Umbelina Marotta, 403 - Centro - CEP: 36513.000 Dores do Turvo /MG

Email:camaravereadores2013@hotmail.com - Contato:(32) 3576-1460



CNPJ nº 05.666.423/0001-69

d.

PROVIMENTO:

Restrito/Efetivo

e.

PRÉ- REQUISITO:

Requisitos gerais inerentes aos servidores públicos do Município de Dores do Turvo/MG:

f.

OBJETIVO GERAL (ATRIBUIÇÕES):

Realizar formatação de sistemas operacionais e instalação de softwares em computadores da Câmara;

Efetuar diagnóstico e reparo de problemas em hardware e software; Executar manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática:

Instalar e configurar sistemas operacionais e aplicativos conforme necessidades dos usuários:

Executar manutenção em redes de computadores de pequeno porte da Câmara:

Prestar suporte técnico para resolução de problemas em computadores e periféricos;

Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função e de acordo com as particularidades ou necessidades da Câmara



e.

### Câmara Municipal de Dores do Turvo Presidente: Ver. Marcílio Franco da Mota

CNPJ nº 05.666.423/0001-69

### ANEXO V

### DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

### 1. AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

a. CARGA HORÁRIA: 30 (trinta) horas semanais
b. VENCIMENTO MENSAL R\$ 1.518,00

BÁSICO: 1(uma)
d. PROVIMENTO: Escolaridade nível Fundamental

Incompleto;

Incompleto;
PRÉ- REQUISITO: Requisitos gerais inerentes

Requisitos gerais inerentes aos servidores públicos do Município de Dores de

Turvo/MG;

f. OBJETIVO GERAL Proce (ATRIBUIÇÕES): lustre

Proceder a limpeza de pisos, vidros, lustres, móveis, instalações sanitárias, etc.:

Remover lixos e detritos; Lavar e encerar assoalhos: Transportar volumes: Proceder a arrumação de móveis. máquinas e materiais; Controlar o uso de materiais utilizados na execução dos trabalhos de limpeza e solicitar a compra dos mesmos; Preparar café e servi-lo nas dependências da Câmara, inclusive em reuniões e no plenário, em dias de sessão; Atender as partes, prestando-lhes as informações que tiver ao seu alcance; Abrir e fechar dependências da Câmara; Proceder o hasteamento e recolhimento das Bandeiras diariamente, bem como em datas comemorativas: Protocolar o recebimento de correspondências demais expedientes; Executar tarefas correlatas por determinação da Diretoria Administrativa. apresentando disponibilidade para trabalhar em horários de funcionamento da Câmara, inclusive no período noturno e em finais de semana, quando se fizer necessário.



CNPJ nº 05.666.423/0001-69

### 2. MOTORISTA:

f.

a.	Carga horária:	30(trinta) horas semanais
b.	VENCIMENTO MENSAL BÁSICO:	R\$ 1.600,00
c.	VAGAS:	1(uma)
d.	PROVIMENTO:	Escolaridade nível Fundamental Incompleto e carteira de habilitação de motorista, tipo "B.
e.	Pré- requisito:	Requisitos gerais inerentes aos servidores públicos do Município de Dores do Turvo/MG;

(ATRIBUIÇÕES):

OBJETIVO GERAL Dirige os veículos integrantes da frota da Câmara Municipal ou por ela utilizada, dentro e fora do Município, verificando diariamente, antes e após sua utilização, as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, sinaleiros, freios, embreagem, nível de combustível entre outros: Verifica se a documentação do veículo a ser utilizado está completa, bem como devolvê-la à chefia imediata quando do término da tarefa; Mantém o veículo limpo, interna e externamente e em perfeitas condições; Observa e controlar os períodos de revisão e manutenção recomendados preventivamente, para assegurar a plena condição de utilização: Realiza anotações. seaundo as normas estabelecidas e orientações recebidas, da quilometragem, viagens realizadas, obietos ou pessoas transportadas, itinerários percorridos, além de outras ocorrências, a fim de manter a boa organização e controle da administração: Recolhe o veículo após sua utilização. local previamente determinado. deixando-o corretamente estacionado e fechado; Solicita os serviços de mecânica e manutenção dos veículos quando



CNPJ nº 05.666.423/0001-69

apresentarem qualquer irregularidade; Transporta pessoas e equipamentos. garantindo a segurança dos mesmos: Executar serviços de entrega e retirada de documentos e materiais, quando necessário; Observa a sinalização e zelar segurança dos passageiros. transeuntes e demais veículos: Realizar reparos de emergência; Ser responsável pela documentação dos veículos da frota da Câmara Municipal, zelando por sua guarda, regularidade e atualização junto aos órgãos de trânsito competentes: Dá assistência aos outros motoristas em casos de sinistros e panes dos veículos: Pratica a direção defensiva visando a diminuição dos riscos de acidentes: Auxilia a Diretoria Geral. guando necessário. Auxilia a Assessoria de Comunicação, Cerimonial e Eventos, quando necessário. Executa outras atividades correlatas, determinadas pelo superior imediato. apresentando disponibilidade para trabalhar horários de funcionamento da Câmara. inclusive no período noturno e em finais de semana, quando se fizer necessário

### 3. SECRETÁRIO LEGISLATIVO E ADMINISTRATIVO:

a.	Carga horária:	30(trinta) horas semanais
b.	VENCIMENTO MENSAL BÁSICO:	R\$ 1.800,00
c.	VAGAS:	1(uma)
d.	PROVIMENTO:	No mínimo Ensino Médio Técnico na área de atuação, com carga horária mínima do curso técnico de 800 horas, na área afins.
e.	Pré- requisito:	Requisitos gerais inerentes aos servidores públicos do Município de Dores do Turvo/MG:

Rua Umbelina Marotta,403 – Centro - CEP:36513.000 Dores do Turvo /MG Email:camaravereadores2013@hotmail.com - Contato:( 32) 3576-1460



CNPJ nº 05.666.423/0001-69

OBJETIVO GERAL (ATRIBUIÇÕES):

Redigir expedientes administrativos, tais como: ofícios, cartas, comunicações internas. requerimentos. certidões. pedidos de providências, informações, convocações; e, sob orientação, expedientes legislativos, como: projetos de lei, projetos de decreto legislativo, projetos de resolução, resoluções de mesa, entre outros; Arquivar e digitalizar documentos: Cadastrar e proceder atualizações no índice de leis municipais base de dados, base de dados da Câmara de Vereadores: Proceder aos ajustes de configuração e atualização do sítio oficial da Câmara de Vereadores, de modo a adequá-lo às disposições da Lei de Acesso à informação; Fornecer informações públicas, mediante pedidos encaminhados por qualquer pessoa, conforme disposto na legislação pertinente; Acompanhar a utilização dos equipamentos recomendar. е autoridade superior, o encaminhamento à manutenção, quando necessário. Redigir, sob orientação, contratos administrativos e termos aditivos: Elaborar súmulas e extratos de editais para publicação na imprensa e sítio oficial da Câmara. Protocolar e autuar documentos: Atender telefone e transmitir recados: Auxiliar nas atividades relativas aos recursos humanos; Operar máquina copiadora; Manter contato com o público, prestandolhe informações que estiverem ao seu alcance: Manter cadastro de material e auxiliar no controle do patrimônio; Atender solicitações dos Vereadores e Assessorias Parlamentares, como: cópia documentos. localização processos, pedidos de manutenção de equipamento do Gabinete; Organizar, arquivar registrar. е desarquivar processos e demais documentos gerados andamento dos trabalhos no administrativo e legislativos da Casa;



CNPJ nº 05.666.423/0001-69

Operar adequadamente os programas e sistemas de informática que gerenciam o processo legislativo da Câmara Municipal, procedendo a alimentação de dados exigidos pelos mesmos:

### 4. CONTROLADOR INTERNO:

a.	Carga horária:	30(trinta) horas semanais
b.	VENCIMENTO MENSAL	R\$ 1.900,00
	BÁSICO:	
c.	VAGAS:	1(uma)
d.	PROVIMENTO:	Escolaridade Superior Completo podendo ser na área de administração, direito, contabilidade, economia e ou afins ao cargo.
e.	Pré- requisito:	Requisitos gerais inerentes aos servidores públicos do Município de Dores do Turvo/MG
f.	OBJETIVO GERAL	

(ATRIBUIÇÕES): Executar

atividades pertinentes controle interno da Câmara Municipal. voltadas, sobretudo, às áreas contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, analisando a prática dos atos administrativos quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções, cientificando o Chefe do Poder sobre o resultado de suas ações: Verificar a regularidade da programação orçamentária e financeira, avaliando o cumprimento das metas previstas no plurianual, a execução programas de governo e do orçamento do poder legislativo do município, no mínimo uma vez por ano; Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência, economicidade e efetividade da gestão orçamentária. financeira e patrimonial na Câmara Municipal: Exercer controle 0 das



CNPJ nº 05.666.423/0001-69

operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da Câmara Municipal: Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional: Examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente: Examinar as fases de execução da despesa. inclusive verificando a regularidade das licitações contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade: Exercer o controle sobre a execução da receita bem como as operações de crédito, emissão de títulos e verificação dos depósitos de cauções e Exercer o controle sobre os fiancas: créditos adicionais bem como a conta "despesas de "restos a pagar" e exercícios anteriores": Acompanhar a contabilização dos recursos provenientes de celebração de convênios examinando as despesas Supervisionar correspondentes; medidas adotadas pelo Poder Legislativo para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei nº 101/2000, caso haia necessidade: Realizar o controle dos limites e das condições para inscrição de Restos а Pagar. processados ou não; Realizar o controle da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, de acordo com as restricões impostas pela Complementar nº 101/2000: Controlar o alcance do atingimento das metas fiscais dos resultados primário e nominal. Acompanhar, para fins de posterior registro no Tribunal de Contas do Estado. os atos de admissão de pessoal efetivo, bem como, verificar se as nomeações para cargo de provimento em comissão e designações para função gratificada são para atender os encargos de chefia, direção e assessoramento; Verificar os



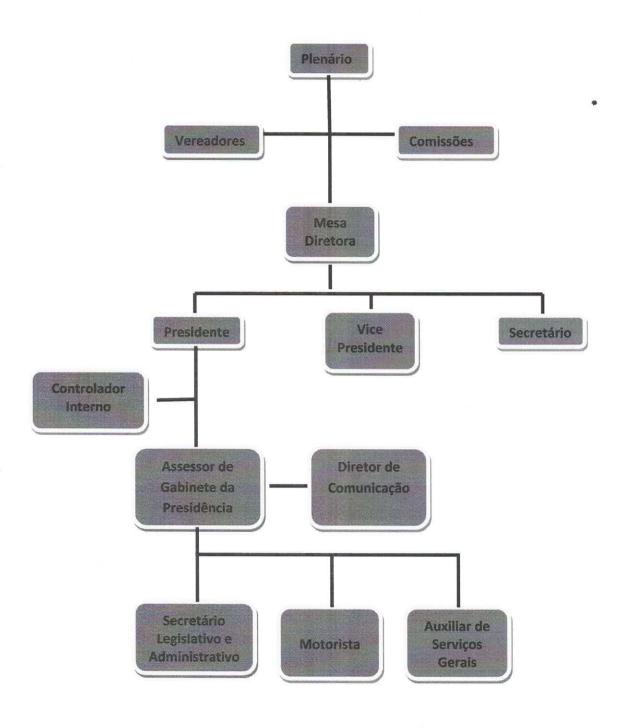
CNPJ nº 05.666.423/0001-69

atos de aposentadoria para posterior registro no Tribunal de Contas. - Realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do sistema de controle interno, inclusive quando da edição de regulamentos е orientações: Desempenhar outras tarefas correlatas e ao bom funcionamento da Câmara. apresentando disponibilidade trabalhar em horários de funcionamento da Câmara, inclusive no período noturno e em finais de semana, quando se fizer necessário.



### Câmara Municipal de Dores do Turvo Presidente: Ver. Marcílio Franco da Mota CNPJ nº 05.666.423/0001-69

### ANEXO VI - ORGANOGRAMA



Rua Umbelina Marotta,403 – Centro - CEP:36513.000 Dores do Turvo /MG Email:camaravereadores2013@hotmail.com - Contato:( 32) 3576-1460



CNPJ nº 05.666.423/0001-69

### MENSAGEM

### EGRÉGIA CASA LEGISLATIVA. CAROS VEREADORES.

Sirvo-me do presente para encaminhar a essa Câmara de Vereadores o incluso Projeto de Lei Complementar que Cria o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Legislativo de Dores do Turvo/MG, para ser apreciado e votado, respeitado, como de costume, a soberana interpretação de cada Vereador.

A proposição encontra amparo na autonomia constitucional reconhecida ao Poder Legislativo, assegurando-lhe competência para propor a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, a sua política remuneratória e o plano de carreira, conforme reproduzido na Lei Orgânica Municipal.

Em essência, o novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos ora apresentado corresponde às necessidades e possibilidades institucionais, a fim de que as funções essenciais, após a realização do recente concurso público pela Câmara Municipal, continuem a ser prestadas com qualidade e eficiência, não se descurando o Poder Legislativo da concepção de um plano voltado à realidade institucional e à eficiente e dinâmica gestão dos recursos humanos existentes.

Portanto, a presente proposição é resultado de estudo, discussão e formatação realizada no âmbito do Poder Legislativo Municipal, sobretudo após o ingresso dos novos servidores aprovados em concurso público, a fim de que possam ter uma expectativa de carreira ao longo de suas vidas funcionais na Câmara Municipal.

Entende-se, assim, que o presente projeto de lei contempla solução justa e adequada, sem incorrer, por outro lado, em infração aos princípios e às regras constitucionais da administração pública, em especial no que se refere à regra posta no art. 37, II, da Constituição Federal.



### Câmara Municipal de Dores do Turvo Presidente: Ver. Marcílio Franco da Mota CNPJ nº 05.666.423/0001-69

A repercussão orçamentária da presente proposição, por sua vez, está contemplada na Lei de Diretrizes Orçamentárias, respeitando os limites estabelecidos no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000.

Por tudo isso, aguardamos que a presente proposição possa ser analisada e, ao final, aprovada por esta Casa Legislativa.

Cordialmente.

VEREADOR MARCÍLIO FRANCO DA MOTA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

ARLINDO CARLOS DA SILVA VICE - PRESIDENTE ALEX ALVES NOGUEIRA SECRETÁRIO



CNPJ nº 05.666.423/0001-69

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

### PARECER PROJETO DE LEI Nº 37/2025 – INICIATIVA DA MESA DIRETORA

EMENTA: CRIAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. ANÁLISE DE CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E BOA TÉCNICA LEGISLATIVA. IDENTIFICAÇÃO DE INCONFORMIDADES COM PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E DISPOSITIVOS DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. RECOMENDAÇÃO PELA APROVAÇÃO COM EMENDAS E SUPRESSÃO INTEGRAL DE ARTIGO, A FIM DE GARANTIR A SEGURANÇA JURÍDICA E A CONFORMIDADE COM O ORDENAMENTO VIGENTE

### I. RELATÓRIO

Vem a esta egrégia Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação (CCLJR) o Projeto de Lei Complementar nº 37/2025, de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Dores do Turvo/MG. A proposição tem por objetivo precípuo instituir o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos para os servidores do Poder Legislativo deste Município, visando à estruturação da carreira, ao estabelecimento de normas para ingresso, desenvolvimento funcional, remuneração e demais direitos e deveres, na busca pela valorização do corpo funcional e pela profissionalização da gestão de pessoal no âmbito da Câmara.

A matéria foi distribuída a esta Comissão para análise de sua constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa, conforme as atribuições regimentais expressas no *Regimento Interno* desta Casa Legislativa. A presente análise abrange a conformidade do Projeto de Lei Complementar nº 37/2025 com a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica Municipal e as demais normas infraconstitucionais e princípios aplicáveis.

É o relatório.

### II. VOTO DO RELATOR

### A. Da Competência da Comissão

Compete a esta Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, nos termos do *Regimento Interno* desta Casa Legislativa, manifestar-se sobre todos os aspectos de constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa das proposições que lhe são submetidas. Em virtude de sua natureza consultiva e opinativa, esta Comissão tem a prerrogativa de identificar vícios ou inconformidades jurídicas e apresentar sugestões de emendas ou supressões para o aperfeiçoamento da matéria.

### B. Do Objeto do Projeto de Lei Complementar nº 37/2025

O Projeto de Lei Complementar nº 37/2025 busca instituir um Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos para os servidores do Poder Legislativo Municipal. Tal iniciativa é fundamental para a modernização da administração pública, a valorização dos servidores e a garantia da eficiência e da continuidade dos serviços prestados pela Câmara Municipal.



CNPJ n° 05.666.423/0001-69

A natureza de Lei Complementar para a criação de cargos e o estabelecimento de vencimentos de servidores está em consonância com o *Lei Orgânica, Art. 55, inciso V.* A iniciativa da Mesa Diretora também encontra respaldo no *Lei Orgânica, em seu Art. 43, inciso II*, que lhe confere competência para "propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos". Dessa forma, sob o aspecto formal de iniciativa e espécie normativa, o projeto é constitucional e legal em sua essência.

### C. Da Análise de Constitucionalidade, Legalidade e Técnica Legislativa

Após detida análise do Projeto de Lei Complementar nº 37/2025, esta relatoria conclui, de forma categórica, que a proposição apresenta plena e irrestrita conformidade com o ordenamento jurídico vigente, demonstrando rigor técnico, aderência aos princípios que regem a Administração Pública e total adequação aos propósitos de uma nova e moderna estrutura de carreira.

### C.1. Da Iniciativa e Competência Legislativa

A iniciativa para a proposição de leis que disponham sobre a criação de cargos e a fixação de remuneração dos servidores do Poder Legislativo é privativa da própria Câmara Municipal, conforme o *Lei Orgânica, Art. 40, inciso III*:

Art. 40 - Compete privativamente à Câmara: (Redação pela Emenda Revisional 001/2019).

(...)

III - Dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (Redação pela Emenda Revisional 001/2019).

A proposição por Lei Complementar para tal finalidade também está em conformidade com o *Lei Orgânica*, *Art. 55*, *inciso V*. A iniciativa da Mesa Diretora também encontra respaldo no *Lei Orgânica*, *Art. 43*, *inciso II*, que lhe confere competência para "propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos". Portanto, sob o aspecto formal de iniciativa e espécie normativa, o projeto é constitucional e legal em sua essência, um exemplo de exercício da autonomia legislativa.

### C.2. Da Técnica Legislativa

A elaboração do presente Projeto de Lei Complementar atende às exigências da técnica legislativa adequada, prevista na Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal. O texto apresenta-se com clareza, objetividade e concisão, com redação gramaticalmente correta e estruturação lógica dos temas abordados, divididos em capítulos e seções, facilitando a compreensão e aplicação de suas normas. As disposições são coerentes entre si e com a legislação superior, garantindo a boa ordem jurídica e a estabilidade da nova estrutura de carreira.

C.3. Da Conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)



CNPJ nº 05.666.423/0001-69

A mensagem que acompanha o Projeto de Lei Complementar nº 37/2025 afirma que a repercussão orçamentária da proposição está contemplada na Lei de Diretrizes Orçamentárias, respeitando os limites estabelecidos no *Art. 169 da Constituição Federal* e na *Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)*. Esta declaração formal de respeito aos limites da LRF não apenas atende a um requisito essencial, mas também demonstra o cuidadoso planejamento e a responsabilidade fiscal que embasam o projeto, assegurando sua total conformidade com a legislação orçamentária.

### C.4. Do Quórum de Aprovação

Conforme previsto no art. 55 da *Lei Orgânica*, a matéria em análise possui natureza de lei complementar, considerando a matéria abordada que versa sobre regime jurídico dos servidores, a aprovação do presente Projeto de Lei Complementar exige o voto favorável da **maioria absoluta** dos membros da Câmara Municipal. Este quórum especial garante a relevância e a estabilidade da matéria, assegurando que o novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos seja resultado de um amplo consenso no Poder Legislativo.

### III. Conclusão do Voto

Diante do exposto, e considerando a análise exaustiva de constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa, esta relatoria conclui pela plena constitucionalidade, legalidade e adequação do Projeto de Lei Complementar nº 37/2025, em sua integralidade, tal como apresentado pela Mesa Diretora.

No que tange ao mérito do Projeto caberá aos vereadores, no uso e prerrogativa da função legislativa, verificar a viabilidade da aprovação ou não da proposição legislativa.

É o parecer pela tramitação do Projeto de Lei em epígrafe.

Arlindo Carlos da Silva Vereador Relator

Edvaldo Elói de Amorim Vereador Presidente

Alex Alves Nogueira Vereador Membro

Aclamam por unanimidade o voto do Vereador Relator, tornando-se este como parecer definitivo da comissão.

Dores do Turvo - MG, 18 de setembro de 2025.



CNPJ nº 05.666.423/0001-69

### Comissão de Orçamento, Finanças Públicas e Tributação.

### PARECER PROJETO DE LEI Nº 37/2025 – INICIATIVA DA MESA DIRETORA

EMENTA: CRIAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. ANÁLISE DE CONFORMIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA. O PROJETO APRESENTA PLENA ADEQUAÇÃO AOS LIMITES E REQUISITOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) E DEMONSTRA RESPONSABILIDADE NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS. RECOMENDAÇÃO PELA APROVAÇÃO INTEGRAL DA MATÉRIA.

### I. RELATÓRIO

Vem a esta egrégia Comissão de Orçamento, Finanças Públicas e Tributação o Projeto de Lei Complementar nº 37/2025, de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Dores do Turvo/MG. A proposição tem por objetivo precípuo instituir o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos para os servidores do Poder Legislativo deste Município, visando à estruturação da carreira, ao estabelecimento de normas para ingresso, desenvolvimento funcional, remuneração e demais direitos e deveres.

A matéria foi distribuída a esta Comissão para análise de sua conformidade orçamentária e financeira, avaliação do impacto nas contas públicas e verificação do cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), conforme as atribuições regimentais expressas no *Regimento Interno* desta Casa Legislativa.

É o relatório.

### II. VOTO DO RELATOR

### A. Da Competência da Comissão

Compete a esta Comissão de Orçamento, Finanças Públicas e Tributação, nos termos do *Regimento Interno, Art. 47*, opinar obrigatoriamente sobre todas as matérias de caráter financeiro e tributário. Em especial, é de sua competência analisar proposições que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, bem como aquelas que fixem, recomponham ou aumentem a remuneração dos servidores públicos. A presente análise é crucial para assegurar a responsabilidade fiscal e a boa aplicação dos recursos públicos.

### B. Da Fundamentação Geral do Projeto

O Projeto de Lei Complementar nº 37/2025 fundamenta-se na necessidade de modernizar e estruturar a carreira dos servidores do Poder Legislativo Municipal. A instituição de um Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos é uma ferramenta essencial para a valorização do corpo funcional, o estímulo à profissionalização, o aumento da eficiência do serviço público e a retenção de talentos. Trata-se de uma iniciativa que visa ao aprimoramento da gestão de pessoas, essencial para a qualidade dos serviços prestados à comunidade.



CNPJ nº 05.666.423/0001-69

### C. Da Análise de Mérito Orcamentário e Financeiro

Após detida análise do Projeto de Lei Complementar nº 37/2025 e dos dados de impacto orçamentário e financeiro apresentados pela contabilidade da Câmara Municipal, esta relatoria conclui pela plena conformidade da proposição com os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e demais normas pertinentes.

### C.1. Da Conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

A LRF (Lei Complementar nº 101/2000) estabelece diretrizes rigorosas para a gestão fiscal responsável, com especial atenção aos limites de despesas com pessoal. A mensagem que acompanha o Projeto de Lei Complementar nº 37/2025 já aponta que sua repercussão orçamentária está contemplada na Lei de Diretrizes Orçamentárias, respeitando os limites estabelecidos no *Art. 169 da Constituição Federal* e na própria LRF.

A contabilidade da Câmara Municipal apresentou um estudo de impacto que demonstra, de forma inequívoca, que o aumento de despesa gerado pela implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos **está devidamente previsto e comporta-se dentro dos limites estabelecidos pela LRF**. Isso inclui a observância dos percentuais de despesa com pessoal definidos nos *Artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000*, bem como as previsões contidas nos *Artigos 150, 150-A, 150-B, 150-C e 150-D da Lei Orgânica Municipal*, que tratam das despesas com pessoal. A dotação orçamentária para a implementação do Plano foi considerada e validada, o que atesta a responsabilidade e o planejamento da Mesa Diretora.

### C.2. Da Análise Específica de Impacto Orcamentário

A proposição que fixa ou aumenta a remuneração de servidores públicos é matéria de competência desta Comissão, conforme o *Art. 47, alínea "h"* do *Regimento Interno ATUALIZADO (5)*. O estudo de impacto apresentado pela contabilidade municipal, que serve de base para este parecer, detalha:

- Projeção de Despesas: As tabelas de vencimentos e os critérios de progressão e promoção foram projetados, indicando o crescimento da despesa com pessoal para os próximos exercícios financeiros.
- Fontes de Recurso: A alocação de recursos está em consonância com as disponibilidades orçamentárias da Câmara, sem comprometer outras áreas essenciais e respeitando o limite de gasto total do legislativo municipal, conforme o *Lei Orgânica*, *Art. 40, §5°, VI*.
- Compatibilidade com o Plano Plurianual e LDO: O projeto é compatível com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme exigido pelos *Artigos 168 e 170 da Lei Orgânica Municipal*.

### C.3. Do Prazo de 180 Dias Anterior ao Fim do Mandato (Art. 150-A, Parágrafo Único da Lei Orgânica)

A *Lei Orgânica*, *Art. 150-A*, *Parágrafo único*, veda o aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato. O Projeto de Lei Complementar nº 37/2025 é datado de 17 de setembro de 2025. Considerando o término da legislatura em 31 de dezembro de 2028, a proposição foi apresentada em tempo hábil, fora do período de vedação, o que reforça sua legalidade e o planejamento adequado da gestão.

### D. Da Técnica Legislativa

A.



CNPJ nº 05.666.423/0001-69

O Projeto de Lei Complementar demonstra boa técnica legislativa, com clareza, objetividade e organização das disposições, conforme as normas gerais de elaboração de leis. A estrutura proposta é coerente e compreensível, facilitando sua aplicação e fiscalização.

### E. Do Quórum de Aprovação

Conforme o *Lei Orgânica*, *Art. 55*, as Leis Complementares serão aprovadas por **maioria absoluta** dos membros da Câmara Municipal. Além disso, o *Regimento Interno ATUALIZADO (5)*, *Art. 173*, § 5°, *alíneas 'f' e 'o'*, estabelece que a aprovação de proposições que criem ou aumentem vencimentos de servidores, bem como demais matérias em forma de Lei Complementar, dependerá do voto favorável da **maioria absoluta** dos Vereadores. Este quórum qualificado reforça a importância da matéria e a necessidade de um amplo consenso para sua efetivação.

### III. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Orçamento, Finanças Públicas e Tributação, após análise e discussão do Projeto de Lei Complementar nº 37/2025, e acolhendo o voto do relator, delibera, por unanimidade, pela APROVAÇÃO INTEGRAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 37/2025, por considerá-lo plenamente compatível com os limites orçamentários e financeiros, e em consonância com a legislação vigente, especialmente a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Edvaldo Elói de Amorim Vereador Relator

Alex Alves Nogueira Vereador Presidente

Paulo Donizetti da Silva Vereador Membro

Aclamam por unanimidade o voto do Vereador Relator, tornando-se este como parecer definitivo da comissão.

Dores do Turvo, 22 setembro de 2025.



CNPJ nº 05.666.423/0001-69

### COMISSÃO DE OBRAS, BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

### PARECER

### PROJETO DE LEI Nº 37/2025 INICIATIVA DA MESA DIRETORA

EMENTA: CRIAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SERVIDORES PÚBLICOS VENCIMENTOS DOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. ANÁLISE DE CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS DE EFICIÊNCIA E MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS. O PROJETO APRESENTA PLENA ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES DE ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DOS BENS E SERVICOS PÚBLICOS **ADMINISTRADOS** CÂMARA. PELA RECOMENDAÇÃO PELA APROVAÇÃO INTEGRAL DA MATÉRIA.

### I. RELATÓRIO

Vem a esta egrégia Comissão de Obras, Bens e Serviços Públicos o Projeto de Lei Complementar nº 37/2025, de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Dores do Turvo/MG. A proposição tem por objetivo precípuo instituir o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos para os servidores do Poder Legislativo deste Município, visando à estruturação da carreira, ao estabelecimento de normas para ingresso, desenvolvimento funcional, remuneração e demais direitos e deveres, na busca pela valorização do corpo funcional e pela profissionalização da gestão de pessoal no âmbito da Câmara.

A matéria foi distribuída a esta Comissão para análise de sua conformidade com os princípios da eficiência, valorização dos serviços públicos e melhor gestão dos bens, conforme as atribuições regimentais expressas no *Regimento Interno* desta Casa Legislativa.

É o relatório.

### II. VOTO DO RELATOR

A. Da Competência da Comissão



CNPJ nº 05.666.423/0001-69

Compete a esta Comissão de Obras, Bens e Serviços Públicos, nos termos do Regimento Interno, Art. 48, opinar sobre matérias referentes a quaisquer obras, empreendimentos, concessão, permissão e execução de bens e serviços públicos locais, bem como sobre assuntos ligados às atividades produtivas em geral, oficiais ou particulares. Embora o Projeto de Lei Complementar nº 37/2025 trate diretamente da estrutura de pessoal do Legislativo, a eficiência e qualidade dos serviços prestados pela Câmara Municipal (que são, em sua essência, serviços públicos) dependem diretamente de uma gestão de pessoal qualificada, o que insere a matéria no escopo de análise desta Comissão.

### B. Da Fundamentação Geral do Projeto

O Projeto de Lei Complementar nº 37/2025 fundamenta-se na imperiosa necessidade de modernizar e estruturar a carreira dos servidores do Poder Legislativo Municipal. A instituição de um Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos é uma ferramenta estratégica que impacta diretamente na qualidade da gestão dos recursos públicos, na fiscalização de obras, bens e serviços, e na excelência do atendimento ao cidadão. Visa a valorizar os servidores, atrair e reter talentos qualificados, e garantir a continuidade e aprimoramento dos serviços administrativos e legislativos, que são pilares para o bom funcionamento do Poder e a eficácia na entrega de resultados à comunidade.

### C. Da Análise de Mérito e Conformidade com os Serviços Públicos

Após detida análise do Projeto de Lei Complementar nº 37/2025, esta relatoria conclui que a proposição demonstra total aderência aos objetivos de otimização e qualificação dos serviços públicos, bem como à eficiente gestão dos bens da Câmara.

### C.1. Da Qualificação dos Serviços Públicos do Legislativo

A eficiência na execução de qualquer serviço público, inclusive aqueles de natureza administrativa e legislativa, depende crucialmente da qualificação e motivação dos seus profissionais. Um Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, como o proposto, oferece uma estrutura clara para o desenvolvimento profissional, progressão e reconhecimento do mérito. Isso resulta diretamente em servidores mais engajados, capacitados e especializados, elevando a qualidade dos serviços prestados pelo Poder Legislativo à população, como a análise de projetos de lei, o atendimento ao público, a organização de sessões, a gestão de documentos e a



CNPJ nº 05.666.423/0001-69

transparência administrativa. A estruturação da carreira contribui para a continuidade das boas práticas e para a acumulação de conhecimento institucional, elementos essenciais para a melhoria contínua dos serviços.

### C.2. Da Eficiência na Gestão de Bens e Empreendimentos

Embora não trate diretamente de obras e bens materiais externos, a proposta assegura a existência de um corpo técnico e administrativo estável e competente para a gestão interna da Câmara Municipal. Isso inclui a zeladoria do patrimônio, a organização documental, a manutenção de sistemas e equipamentos e o suporte às atividades parlamentares, que indiretamente impactam na eficiência da fiscalização e acompanhamento de obras e serviços públicos municipais. Servidores bem qualificados e com um plano de carreira definido são mais propensos a desenvolver habilidades de gestão e controle, essenciais para a supervisão e o uso racional dos bens públicos sob a alçada da Câmara.

### C.3. Da Coerência com o Desenvolvimento Profissional Contínuo

O Projeto de Lei Complementar nº 37/2025 promove a capacitação e o aperfeiçoamento contínuos dos servidores, aspectos que se refletem diretamente na capacidade da Câmara de lidar com as complexidades crescentes da gestão municipal. Um corpo de servidores em constante desenvolvimento é capaz de aplicar melhores práticas na administração, na fiscalização e na interação com os demais poderes e com a comunidade, contribuindo para um ambiente de gestão pública mais eficaz e responsivo às demandas.

### D. Da Técnica Legislativa

O Projeto de Lei Complementar demonstra boa técnica legislativa, com clareza, objetividade e organização das disposições, conforme as normas gerais de elaboração de leis. A estrutura proposta é coerente e compreensível, facilitando sua aplicação e fiscalização, o que é fundamental para a boa governança e para a eficácia na implementação da nova política de pessoal.

### III. Conclusão do Voto



CNPJ nº 05.666.423/0001-69

Diante do exposto, e considerando a análise do impacto positivo na eficiência e qualidade dos serviços públicos e na gestão dos bens da Câmara Municipal, esta relatoria conclui pela plena conformidade do Projeto de Lei Complementar nº 37/2025 com os princípios da administração pública eficiente e com os objetivos de aprimoramento dos serviços públicos.

O projeto é, portanto, meritório e necessário para o contínuo desenvolvimento do Poder Legislativo.

Assim, o voto do relator é pela APROVAÇÃO INTEGRAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 37/2025.

 $\acute{E}$  o parecer pela tramitação do Projeto de Lei em epígrafe.  $\acute{E}$  o parecer.  $\acute{E}$  o

voto.

Edvaldo Elói de Amorim

Vereador Relator

úlio Maria de Souza

Vereador Presidente

Jhonatan da Silva Carvalho

Vereador Membro

Aclamam por unanimidade o voto do Vereador Relator, tornando-se este como parecer definitivo da comissão.

Dores do Turvo, 18 de setembro de 2025.